Organização de
Nuno Severiano Teixeira
António Costa Pinto

PORTUGAL E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA 1945-1986

as Sociais

Temas e Debates

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
3705+ P-4256
BIBLIOTECA

PORTUGAL
E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA
1945-1986

A perspectiva dos actores

Organização de
Nuno Severiano Teixeira
António Costa Pinto

Temas & Debates

Capa e *design* gráfico: *Fernando Rochinha Diogo*
Mapa: *Fernando Pardal*
Revisão tipográfica: *Fotocompográfica, Lda.*
Composição: *Fotocompográfica, Lda.*
Fotomecânica: *Fotocompográfica, Lda.*

© **Círculo de Leitores, Temas e Debates e Autores**
Primeira edição para a língua portuguesa
Impresso e encadernado em Junho de 2007
por Companhia Editora do Minho, S. A.
Barcelos
ISBN: 978-972-759-915-8
Depósito legal n.º 260 421/07

Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda.
Rua Prof. Jorge da Silva Horta, 1
1500-499 Lisboa
Tel. 21 762 60 03 – Fax 21 762 62 47
E-mail: temas@temasdebates.pt

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO 7

2. INTRODUÇÃO:
Portugal e a integração europeia 1945/1986 **11**

3. DEPOIMENTOS:
A PERSPECTIVA DOS ACTORES **41**
3.1 José Calvet de Magalhães **43**; 3.2 Valentim Xavier Pintado **59**; 3.3 José da Silva Lopes **66**; 3.4 João Cravinho **78**; 3.5 António de Siqueira Freire **96**; 3.6 Fernando Reino **104**; 3.7 José Medeiros Ferreira **127**; 3.8 Ernâni Rodrigues Lopes **139**; 3.9 Jaime Gama **166**; 3.10 Mário Soares **172**

4. CRONOLOGIA
CRONOLOGIA COMPARADA DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA: EUROPA/PORTUGAL (1945-1986) **181**

5. BIBLIOGRAFIA **203**

ÍNDICE REMISSIVO **213**

2
INTRODUÇÃO

PORTUGAL E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA, 1945-1986

Entre 1945 e 1974 dois factores políticos condicionaram a integração de Portugal no processo de unificação da Europa: a natureza ditatorial do regime de Salazar e a resistência tenaz deste à descolonização[1]. Só após a institucionalização da democracia e a descolonização, em 1974-1975, se deram os primeiros passos sérios para a integração de Portugal na então CEE, enquanto objectivo estratégico, e esta passou a ser uma meta política consensual dos partidos moderados da jovem democracia.

Portugal sofreu um menor isolamento internacional do que a vizinha ditadura espanhola, após a Segunda Guerra Mundial. A condição de membro fundador da NATO, a participação em outras organizações internacionais, como na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) ou na União Europeia de Pagamentos, e o aproveitamento, ainda que menor, do Plano Marshall foram exemplo disso.

Afastado e desconfiado do Tratado de Roma, que marcou a fundação da CEE, e seguindo as posições de Inglaterra, ainda grande parceiro comercial de Portugal, a condição de membro da EFTA seria uma importante alavanca económica para a ditadura ao longo dos anos 60[2]. Negociado em termos bastante favoráveis para Portugal, que manteve a maior parte dos seus sectores económicos relativamente protegidos, o acordo com a EFTA foi uma das bases do crescimento económico dos anos 60 e do significativo aumento das relações comerciais com a Europa, bem como da emergência de grupos de interesse menos associados

[1] *Vide* Teixeira, N. S., «Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa (1890--1986)»; Pinto, A. C. (ed.), *Contemporary Portugal*, Nova Iorque, SSM-Columbia University Press, 2004, pp. 85-137; Pinto, A. C., *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

[2] Andresen-Leitão, N., «Portugal's European Integration Policy, 1947-1972», *Journal of European Integration History*, 7 (1), 2001, pp. 25-35; Torgal, L. R. e Ribeiro, M. M. T., «Portugal and European Integration», *in* Landuyt, Ariane (ed.), *A United Europe and Integrated Didactics. Historiographies and Bibliographies Compared*, Siena, Protagon Editori Toscani, 1995, pp. 130-131.

ao integrismo colonial dominante, mas a viragem europeísta foi fundamentalmente uma consequência da descolonização e da institucionalização da democracia.

Após uma transição complexa, a integração na CEE tornou-se então num objectivo estratégico, com contornos simultaneamente económicos e políticos. Consolidação democrática e nova inserção no espaço europeu acabam por se confundir.

O Estado Novo e a unificação europeia

Salazar, ministro dos Negócios Estrangeiros desde a Guerra Civil de Espanha, tinha uma visão própria, não só do que considerava ser a posição de Portugal no mundo, mas do próprio mundo do pós-Segunda Guerra Mundial.

A sua visão da posição de Portugal no mundo fundava-se na tese tradicional do embaixador Teixeira de Sampaio que fizera escola na diplomacia portuguesa e que se poderia traduzir, basicamente, em um pressuposto fundamental: Portugal é um país essencialmente atlântico e como tal deveria afastar-se, decididamente, das questões centro-europeias e orientar-se, estrategicamente, em duas direcções. Primeiro, para uma aliança privilegiada, para não dizer exclusiva, com a potência marítima. Segundo, para o império colonial e, consequentemente, para África[1].

No que respeita ao mundo do pós-Segunda Guerra, Salazar revela alguma incapacidade de adaptação à nova ordem internacional. Não compreende, ou melhor, não aceita aqueles que são os princípios básicos da organização do sistema internacional do pós-guerra. Não aceita, em primeiro lugar, a emergência da ordem bipolar e das duas superpotências extra-europeias. Em particular, a decadência da Inglaterra e o aparecimento dos Estados Unidos da América como a grande potência marítima, em relação à qual mantém uma relação de cepticismo e desconfiança ideológica e política. Não aceita, em segundo lugar, a importância da diplomacia multilateral e, em particular, das Nações Unidas no sistema internacional. Não aceita, em terceiro lugar, o princípio dos povos de disporem de si mesmos e, consequentemente, recusa todo o processo de descolonização que daí decorre. Finalmente, vê com reticências que o processo de reconstrução económica da Europa não se faça de acordo com o princípio das autarcias nacionalistas de entreguerras, mas que, pelo contrário, se faça sob o princípio e num quadro de cooperação internacional.

De resto, o cepticismo em relação aos Estados Unidos da América e a recusa do processo de descolonização não são alheios, antes condicionam, a visão que Salazar tem da Europa e da sua relação com África. Salazar encara as relações entre a Europa e a África numa perspectiva de complementaridade e encara esse binómio Europa-África como uma unidade, nos planos económico, político e militar.

É esta concepção estratégica que estará na base de toda a percepção de Salazar e que vai emergir na formulação da sua política externa, não só no que se refere à Europa e à construção europeia, como também no que se refere ao sistema de segurança ocidental, nomeadamente em relação à NATO.

Logo nos primeiros anos da Guerra Fria, dois acontecimentos anunciavam, na política externa portuguesa, dois movimentos de sinal contrário na orientação estratégica do país. O primeiro, as hesitações sobre o Plano Marshall, em 1947, indiciavam já as reservas em relação ao processo de construção europeia. O segundo, a assinatura do acordo das Lajes, em 1948, acordo bilateral de defesa entre Portugal e os Estados Unidos, indiciava, por seu lado, a integração de Portugal no sistema de segurança atlântico, aliás confirmado pela entrada na NATO, em 1949[1].

A ditadura de Salazar e a unificação europeia

Quando em Junho de 1947 o secretário de Estado norte-americano, no célebre discurso de Harvard, propõe o que viria a ser o Plano Marshall, qual seria a posição de Portugal?

Como é conhecido, o plano assentava em três pressupostos. O primeiro, o de que a Europa, arruinada, não tinha capacidade autónoma para a sua própria reconstrução e necessitaria de ajuda externa. O segundo, o de que, na conjuntura económica do pós-guerra, essa ajuda externa só poderia vir dos Estados Unidos da América. O terceiro, o de que a reconstrução económica teria de fazer-se num quadro de cooperação económica europeia.

[1] *Vide* Ferreira, J. M., «Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU», *Política Internacional*, 6, 1993, pp. 113-156.

[1] O trabalho mais importante sobre a posição de Portugal perante o Plano Marshall e que aqui serve de referência é de Rollo, M. F., *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Estampa, 1994. *Vide* também Rollo, M. F., «Salazar e a construção europeia», *in* Pinto, A. C. e Teixeira, N. S., (eds.) *Penélope: Portugal e a Unificação Europeia*, 18, 1997, pp. 51-76.

Ora, Salazar recusa, liminarmente, para Portugal esses três pressupostos. Em primeiro lugar, Portugal e a própria Europa não necessitariam de ajudas externas. Poderiam fazer a sua reconstrução com recurso à relação com África. Em segundo lugar, receia que os capitais do Plano Marshall se traduzam no reforço da influência económica norte-americana. Em terceiro lugar, pensa que o princípio da cooperação económica internacional não pode nem deve sobrepor-se aos interesses nacionais.

São estes princípios ideológicos, temperados pelo realismo político que a política externa impõe, que vão condicionar a posição *sui generis* de Portugal perante o Plano Marshall: entrar no plano e integrar todas as estruturas institucionais que dele decorrem, mas sem solicitar, antes recusando, qualquer auxílio financeiro[1]. Isto é o que sucede em 1947-1948 no primeiro exercício do Plano. Para isso concorreram razões de natureza económica e razões de natureza política.

No plano económico, havia, fundamentalmente, duas razões para essa posição: primeiro, uma leitura optimista da conjuntura económico-financeira portuguesa; segundo, uma outra razão que se prendia com o sistema de pagamentos, que era, fundamentalmente, bilateral, enquanto a Portugal interessava um sistema multilateral[2].

No plano político, naturalmente, Salazar não queria afastar-se da orientação tradicional da sua política externa. Mas a esta que era uma questão de princípio acrescia o seu cepticismo em relação aos Estados Unidos, tanto mais quanto não estava ainda resolvida a questão da presença militar norte-americana no arquipélago dos Açores. A estas razões poderia, eventualmente, juntar-se uma terceira, recentemente levantada pela historiografia portuguesa e não completamente esclarecida, relacionada com «ouro nazi» existente no tesouro português[3].

Esta estratégia durou um ano e ver-se-ia mudada no segundo exercício do Plano em 1948-1949. A estratégia passa agora a ser, pelo contrário, a de obter o auxílio financeiro. As razões desta súbita mudança de posição são tanto de natureza económica como política. No plano económico, a degradação da conjuntura financeira e cambial do país mudara completamente a leitura da situação. No plano político, o início da Guerra Fria viria obrigar Portugal a integrar o sistema de segurança ocidental e Salazar e a política externa portuguesa a aceitar a necessidade de um relacionamento preferencial com a nova potência marítima no quadro atlântico. Em 1948, é assinado o acordo das Lajes, acordo bilateral de defesa, que institucionaliza e regula a presença militar norte-americana em território português.

A nova conjuntura e o realismo político forçam Salazar a moderar o seu tradicional anti-americanismo e Portugal a aceitar o auxílio financeiro durante o segundo exercício do Plano Marshall.

No terceiro exercício, em 1950-1951, Portugal regressa à sua posição inicial de não beneficiário do auxílio financeiro, porém, em condições diferentes. Se numa primeira fase recebe, ainda, ajuda directa, num segundo momento recusa essa ajuda, agora, contudo, de forma negociada e de acordo com a própria administração norte-americana. No plano financeiro, a balança de pagamentos registara melhorias, mas, fundamentalmente, a mudança dá-se no plano político. Depois do acordo bilateral de defesa, em 1948, Portugal vê consagrada no plano multilateral a sua integração no sistema de segurança atlântico. Em Abril de 1949 torna-se membro fundador da Aliança Atlântica[4]. A partir de então a ajuda norte-americana a Portugal passará a chegar, em boa parte, pela via da ajuda militar.

Embora mitigados pela própria especificidade da posição portuguesa e pela reduzida dimensão da ajuda financeira, os efeitos do Plano Marshall são largamente positivos para Portugal. No campo económico e financeiro porque ajudou ao reequilíbrio da balança de pagamentos e promoveu uma certa industrialização, em particular no domínio das infra-estruturas e novas formas de planeamento económico. Mas é no campo político e diplomático que as consequências serão mais visíveis no curto prazo e os efeitos mais profundos a médio e longo prazo. É que a experiência do Plano Marshall faz Portugal participar em todas as estruturas institucionais de cooperação económica europeia: da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) à União Europeia de Pagamentos (UEP) até ao Acordo Monetário Europeu (AME).

Assim, e durante a segunda metade dos anos 40, em todo o processo de reconstrução da Europa, então dominado pelo princípio da cooperação intergovernamental, Portugal tem uma posição complexa e uma presença diferenciada. No campo da cooperação económica, participa de

---

[1] Rollo, M. F., «Salazar e construção...», *op. cit.*, pp. 59-63.

[2] Xavier, A. P., *Portugal e a Integração Europeia*, Coimbra, Almedina, 1970.

[3] Ferreira, J. M., «Características históricas...», *op. cit.*, p. 144. A historiografia recente explorou o tema em direcções por vezes contraditórias. *Vide* Telo, A. J., *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal, 2000, e Louçã, A., *Hitler e Salazar. Comércio em tempos de Guerra, 1940/44*, Lisboa, Terramar, 2000.

[4] Teixeira, N. S., «From Neutrality to Alignment: Portugal in the Foundation of the Atlantic Pact», *Luso-Brazilian Review*, 29 (2), 1992, pp. 113-127; Telo, A. J., *Portugal e a Nato*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

forma *sui generis* no Plano Marshall e a partir de então integra todas as instituições da cooperação económica europeia: OECE, UEP e AME.

No campo da segurança e da defesa, apesar de ausente das primeiras experiências de cooperação militar estritamente europeias, como os tratados de Dunquerque e de Bruxelas, Portugal acompanha desde cedo a evolução da União Ocidental e integra, desde 1949, o sistema de segurança atlântico como membro da NATO.

Das três experiências de cooperação europeia da segunda metade de 40, a única de que Portugal estará totalmente marginalizado e ausente é a da cooperação política. De facto, não só os movimentos europeístas durante a guerra e no pós-guerra não tiveram expressão política em Portugal e os intelectuais portugueses não marcaram presença no Congresso de Haia[1], como a posição de princípio antieuropeia da política externa portuguesa e, sobretudo, a natureza autoritária do regime excluíram Portugal do Conselho da Europa.

Se Portugal participa nas experiências de cooperação europeia dos anos 40, o mesmo não viria a acontecer com as experiências de integração nos anos 50. Se em relação à cooperação intergovernamental Salazar manifestara o seu cepticismo, em relação a qualquer forma de integração supranacional ou federalismo manifestou, sempre, aberta e inequivocamente a sua hostilidade. E se desde a fundação e a integração de Portugal na NATO, Salazar aceita os Estados Unidos como a nova potência atlântica e a política externa portuguesa passa com ela a desenvolver uma relação preferencial, no que toca aos assuntos europeus continuou a conferir uma importância central à aliança inglesa e a seguir muito de perto as posições britânicas.

E assim, tal como a Grã-Bretanha, Portugal ficará à margem de todos os movimentos de integração e supranacionalidade ao longo dos anos 50. Ficará à margem do Plano Schuman e da construção da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), como, obviamente e por maioria de razão, ficará à margem da projectada Comunidade Europeia de Defesa (CED) e da Comunidade Política Europeia (CPE), que lhe estava associada[2].

É aliás no decurso do longo e complexo processo de negociações que conduz ao fracasso da CED que Salazar dá a conhecer de forma

[1] Magalhães, J. C., «Os movimentos de integração europeia no pós-guerra e a participação portuguesa nesses movimentos», *in* Guerra, R. T., Freire, A. de S., Magalhães, J. C., *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1981, p. 45.

[2] *Vide* Pereira, J. P. C., *Le Portugal et l'Europe-1947-1953*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Paris I, Paris, Université Paris I, 2002.

clara e inequívoca o seu pensamento sobre a integração europeia. E fá-lo através de uma circular às missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro, documento que se tornaria o princípio de orientação estratégica da política externa portuguesa em relação ao processo de integração europeia[1].

A posição assumida para a estratégia portuguesa era simples, clara e poderia traduzir-se em três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, Salazar expressa, abertamente, o seu cepticismo sobre a possibilidade de sucesso de qualquer experiência de integração económica ou federalismo político. Em segundo lugar, afirma que ainda que pudesse vir a ter sucesso uma qualquer federação europeia, ela não seria de interesse para Portugal. Em terceiro lugar, que se a ordem internacional viesse a desenvolver-se pela formação de grandes espaços, o interesse nacional de Portugal não estaria, seguramente, na Europa, mas antes noutras áreas de interesse estratégico: a Espanha, o Brasil, mas, fundamentalmente, em África.

Durante os anos 50 a vertente atlântica e o peso dos Estados Unidos da América crescem na política externa. Por outro lado, desde a sua entrada na ONU, em 1955, e sobretudo desde o início da década de 60, a questão colonial torna-se a preocupação dominante para Portugal. Contudo, nos assuntos europeus a Inglaterra continuará a ser a referência fundamental. De tal modo que Portugal seguirá de perto as posições britânicas nesta matéria até à sua entrada na EFTA como membro fundador[2].

Quando depois da Conferência de Messina a Inglaterra se retira das negociações para a constituição do «mercado comum» e, em 1956-1957, lança a ideia de uma «zona europeia de comércio livre», ninguém, nem mesmo a Grã-Bretanha, pensava que Portugal poderia vir a ser membro. Considerado o tecido económico português e tratando-se de uma zona de comércio livre para a indústria que excluía, deliberadamente, a agricultura, parecia não ser de interesse para Portugal.

[1] *Circular sobre a Integração Europeia, para as Missões Diplomáticas, do Presidente do Conselho de Ministros*, 6 de Março de 1953. Arquivo Histórico Diplomático, PEA-M 309, reproduzido em Guerra, R. T. *et al.*, *Os Movimentos...*, *op. cit.*, 1981, pp. 61-65.

[2] Sobre a entrada de Portugal na EFTA *vide* Alípio, É. S., *O Processo Negocial de Adesão de Portugal à EFTA 1956-1960*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001. Sobre a experiência portuguesa na EFTA *vide* Griffiths, R. T., Lie, B., «Portugal e a EFTA, 1959-1973», in *Portugal e a Europa: 50 Anos de Integração*, Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors, 1996, pp. 185-206; Leitão, N. A., *The Unexpected Guest: Portugal and European Integration (1956-1963)*, Ph. D. Dissertation, Florença, European University Institute, 2004. Sobre as relações económicas, em particular, *vide* Álvares, P. e Fernandes, C. R., *Portugal e o Mercado Comum*, vol. I, *Da EFTA aos Acordos de 1972*, Lisboa, Pórtico, 1980.

Porém, quando Lisboa é, bilateralmente, informada pela Inglaterra do projecto em curso, manifesta, oficialmente, o seu interesse em estar representado nas negociações.

Em primeiro lugar, Portugal aceita o objectivo político geral de liberalização do mercado. Por outro lado, contrariamente a outros países periféricos, não tinha problemas financeiros. Finalmente, a questão das colónias, que poderia constituir-se como um problema, acaba, neste contexto, por jogar a favor de Lisboa, já que a Inglaterra, interessada em incluir a Commonwealth, via neste ponto Portugal como um potencial aliado.

Estas razões separavam Lisboa de outras capitais periféricas e foram, no início, decisivas para a admissão portuguesa nas negociações. As negociações decorrem no quadro da OECE, de que Portugal era membro, e a diplomacia portuguesa desenvolve, então, uma estratégia negocial moderada e construtiva. Em primeiro lugar, no que diz respeito à substância, Portugal não levanta dúvidas sobre a exclusão da agricultura e é de forma cautelosa que solicita tratamento excepcional em relação à indústria. Em segundo lugar, e no que toca aos aspectos processuais, recusa o conceito de «país subdesenvolvido» e, partindo do conceito do texto do próprio GATT, introduz na negociação o conceito de «país em vias de desenvolvimento». Recusa, assim, a participação de Portugal no grupo dos países subdesenvolvidos e propõe um grupo especial para o caso português, cujo resultado viria a ser o Relatório Melander.

E desta forma, enquanto os seis do Mercado Comum mantinham reuniões informais sobre a possível Zona de Mercado Livre, os outros seis-não-seis mantinham iguais contactos aos quais se junta Portugal. Porém, quando o veto do general De Gaulle põe termo às negociações para a constituição da Zona de Mercado Livre, em Novembro de 1958, os seis-não-seis convocam uma reunião internacional para resolver a questão e decidem não convocar Portugal, sob o pretexto de que a presença de um país periférico e em vias de desenvolvimento poderia abrir precedentes com consequências indesejadas. Todavia, quando a segunda reunião é convocada a estratégia portuguesa de presença activa funcionou sob a determinação política de Correia de Oliveira, a habilidade diplomática dos negociadores (Teixeira Guerra e Calvet de Magalhães), o apoio norte-americano e alguma conveniência, não confessada, de Inglaterra.

Desta forma quando na Primavera de 1959 a ideia de uma zona de comércio livre se transforma na ideia de um acordo regional mais restrito e limitado aos seis-não-seis, estes seis eram sete e Portugal estava dentro do processo. Será signatário da Convenção de Estocolmo e membro de pleno direito da EFTA.

Mas porque decide Portugal entrar na EFTA? A partir do testemunho dos protagonistas do processo desenvolveu-se, na historiografia portuguesa, uma corrente de explicação fundada no voluntarismo dos actores políticos e diplomáticos[1]. A tese é verdadeira, em especial no momento crucial das negociações pós-veto de De Gaulle e da passagem da Zona de Comércio Livre para a EFTA. Mas é obvio que o voluntarismo político e diplomático foi fortemente condicionado por factores, quer internos, quer internacionais, que possibilitaram e em última análise favoreceram o objectivo da adesão portuguesa.

No plano internacional, as condições económicas e financeiras de Portugal não só registavam algumas vantagens comparativas em relação a outros países periféricos, como a moderação das posições portuguesas não afectava os interesses económicos dos países desenvolvidos. Mas é no plano político que a similitude das posições portuguesa e britânica no que concerne às colónias e à Commonwealth poderia favorecer o apoio diplomático português às pretensões britânicas, jogando, assim, a favor de Portugal.

No plano interno, os condicionantes eram vários, de natureza económica e política. Em primeiro lugar, a densificação crescente das relações económicas com os países europeus impunha a escolha entre uma de três alternativas para a economia portuguesa: ou a autarcia económica, o que no estado de abertura da economia e a dependência externa em relação à Europa e os interesses europeus de alguns grupos económicos portugueses parecia difícil[2]; ou a procura de uma solução bilateral, igualmente difícil pela inexistência de parceiros; ou a busca de uma solução multilateral e aí, teoricamente, eram duas as alternativas: a CEE ou a EFTA. A CEE era uma falsa alternativa. O desenvolvimento económico do país, a natureza política do regime e a oposição de Salazar a qualquer forma de integração ou supranacionalidade excluíam, à partida, uma tal hipótese. A EFTA, pelo contrário, era a hipótese possível; numa situação em que o peso das condicionantes é grande e a margem de manobra da política externa portuguesa pequena, esta era a única oportunidade, com vantagens económicas e sem custos políticos.

No plano político a EFTA constituía, mesmo, uma boa solução pa-

[1] *Vide* Magalhães, J. C., «Os movimentos de integração europeia...», *in* Guerra, R. T. *et al.*, *Os Movimentos...*, *op. cit.*, pp. 48 ss.

[2] *Vide* Santos, E., «Portugal e a adesão à EFTA, primeiro passo para o fim da autarcia», *História*, Julho-Agosto 1998, pp. 62-74.

ra Salazar porque permitia conciliar a integração económica na zona europeia de comércio livre com as opções políticas e diplomáticas do regime. Primeiro, o carácter estritamente intergovernamental da organização afastava qualquer solução de supranacionalidade ou integração. Segundo, embora integrasse alguns membros continentais, o peso da Inglaterra no seio da EFTA permitia a Portugal manter uma orientação estratégica essencialmente atlântica e a continuação de um dos vectores tradicionais da sua política externa: a aliança inglesa. Finalmente, e sobretudo, o facto de não se tratar de uma união aduaneira, mas antes de uma zona de comércio livre, permitia a Portugal estar dentro da organização e continuar um relacionamento privilegiado com as colónias.

Tal como o Plano Marshall, também a participação portuguesa na EFTA teve efeitos largamente positivos sobre o país. A adesão à EFTA parecia não só não ter custos, mas apresentar, mesmo, benefícios. Em primeiro lugar, Portugal integrava mais uma instituição europeia de cooperação económica, o que constituiria um capital acumulado para o futuro relacionamento com a CEE. Em segundo lugar, essa experiência internacional não deixava de ter uma leitura interna: é que, participando como membro de pleno direito da EFTA, em paridade com outros países todos eles desenvolvidos e democráticos, isso não deixava de dar um suplemento de legitimidade ao regime. Em terceiro lugar, e fundamentalmente, porque o modelo da zona de comércio livre permitia a manutenção da relação privilegiada com as colónias e parecia talhada à medida da própria concepção de Salazar acerca da complementaridade estratégica África-Europa.

No quadro da estreita margem de manobra da política externa portuguesa, esta era, no fundo, a grande vantagem política e, em última análise, a razão da integração de Portugal na EFTA. Teria, contudo, deste ponto de vista, um efeito perverso a médio prazo. É que a evolução do peso relativo da Europa e das colónias na economia portuguesa e, em particular, no comércio externo provocaria, ao longo dos anos 60, uma mudança radical na percepção da relação África-Europa. E se no momento da assinatura do Tratado de Estocolmo, em 1960, a percepção era a da complementaridade, no final da década, pelo contrário, era já a da alternativa. É assim que o problema se colocará nos últimos anos do regime e será esse o debate político fundamental durante o consulado de Marcelo Caetano.

A dimensão internacional da Guerra Colonial

Os mais importantes agentes da resistência diplomática portuguesa às pressões descolonizadoras da comunidade internacional e mesmo dos seus aliados não eram novos e provaram o seu relativo sucesso: a condição de membro da NATO e a base norte-americana nos Açores. A muralha protectora da Aliança no contexto da Guerra Fria diminuiu o isolamento internacional e permitiu algum apoio militar. Se considerarmos que o convite para membro fundador da NATO teve como motivo principal a utilização militar dos Açores, estes agentes quase que se poderiam reduzir a este último[1].

As relações bilaterais com os EUA dominaram as preocupações da ditadura no início da década de 60[2]. A chegada de Kennedy ao poder marcou uma mudança na política africana dos EUA e determinou uma escalada sem precedentes na pressão a favor da descolonização dos territórios portugueses, perante a suavidade prudente da presidência de Eisenhower. Sinal desta mudança de posição tinha sido desde logo a votação contra Portugal nas Nações Unidas em Março de 1961, que provocou um verdadeiro choque em Lisboa. O esforço foi curto e falhado, mas chegou para provocar o período mais conturbado das relações com Portugal. Washington «descobriu rapidamente, no entanto, que qualquer nova aproximação ao domínio branco em África ameaçava outros objectivos norte-americanos da guerra fria»[3]. A Organização das Nações Unidas tornou-se, a partir de 1960, o principal campo de batalha diplomática contra o colonialismo português[4]. Muito embora as suas medidas, quase sempre moções de condenação, tivessem pouco impacto real no dia-a-dia da guerra e, mesmo quando passassem a formas de embargo comercial ou militar, pudessem ser facilmente ignoradas, reflectiram os momentos de maior isolamento internacional português e de algum embaraço dos seus aliados.

Segundo um dos poucos estudos sobre os comportamentos da ONU perante o problema das colónias portuguesas, o discurso de apoio a Portugal foi sempre escasso[5]. No campo das votações, os mais

---

[1] *Vide* TEIXEIRA, N. S., «From Neutrality to Alignment...», *op. cit.*, pp. 113-127.

[2] No plano bilateral *vide* ANTUNES, J. F., *Kennedy e Salazar — O Leão e a Raposa*, Lisboa, D. Quixote, 1991, e ANTUNES, J. F., *Os Americanos e Portugal, os Anos Richard Nixon 1969/1974*, Lisboa, D. Quixote, 1986; e, mais recentemente, RODRIGUES, L. N., *Salazar-Kennedy. A Crise de Uma Aliança*, Lisboa, Notícias Editorial, 2002. No plano multilateral *vide* TEIXEIRA, N. S., «Portugal e a Nato 1949/1999», *Nação e Defesa*, 89, Primavera 1999, pp. 15-41, e TELO, A. J., *Portugal e a Nato*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

[3] Cf. THOMAS, J. N., *Black Liberation. The United States and White Rule in Africa, 1948-1968*, Columbia, University of Missouri Press, 1985, p. 60.

[4] MARTINS, F., «A política externa do Estado Novo, o ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-68)», *Penélope*, 18, 1998, pp. 189-206; SILVA, A. E. D., «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974), *Análise Social*, 130, 1995, pp. 5-50.

[5] Ver BELLER, D. C., *The Portuguese Territories Issue in the United Nations: An Analysis of Debates*, dissertação de doutoramento, Los Angeles, Universidade de Califórnia, 1970.

activos inimigos do colonialismo português eram obviamente o bloco afro-asiático e o soviético, sendo o segundo sempre mais coeso nas tomadas de posição. Muito embora constituindo um grupo razoavelmente homogéneo, a Europa ocidental era bem menos coesa, mesmo considerando alguns subgrupos, como o da CEE, o da NATO ou o escandinavo.

Apesar de tudo, nas votações referentes às colónias portuguesas, a Europa ocidental esteve em média 48 % de acordo com Portugal e 32 % em desacordo, entre 1956 e 1965. Considerando apenas o círculo da NATO, onde estavam concentrados os parceiros determinantes de Portugal, a situação melhorava: 55 % votava por Portugal e apenas 23 % contra. Em termos de debates, o silêncio da prudência era o valor mais seguro deste grupo, já que os delegados europeus que faziam declarações expressavam maioritariamente críticas a Portugal (54,7 %)[1]. Como salienta o estudo que vimos citando, exceptuando Portugal e Espanha, nenhum membro do grupo ocidental estava disposto a apoiar Portugal e muito menos a «elogiar a presença ultramarina portuguesa»[2]. Um sector relativamente coeso nas suas críticas a Portugal era o escandinavo, sobretudo a partir do final dos anos 60, que aliás passará rapidamente a apoiante humanitário e político dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

A condição de membro da Aliança Atlântica pode ter sido irrelevante e incómoda para os restantes parceiros, mas foi um poderoso instrumento de estabilidade da ditadura portuguesa, oferecendo-lhe um escudo protector *na sua derradeira aventura colonial*. Para os norte-americanos, sobretudo, a importância de Portugal continuava a residir «na base dos EUA nos Açores» e apenas «secundariamente na NATO», mas era difícil separar um elemento do outro[3]. Ainda que sendo o mais anónimo dos membros fundadores da organização, os EUA, a Inglaterra, a França e a República Federal Alemã defenderam Portugal no seio da Aliança, perante as crescentes críticas ao colonialismo lusitano por parte da Holanda, da Dinamarca e da Noruega.

No final dos anos 60, algumas opiniões optimistas da administração norte-americana sobre a guerra já reflectiam mal a situação nas colónias portuguesas. No meio da indiferença perante o conflito português,

[1] *Ibid.*, pp. 129-130.
[2] *Ibid.*, p. 134.
[3] COKER, C., *Nato, the Warsaw Pact and Africa*, Londres, Macmillan, 1985, p. 64.

havia pelo menos uma atitude de maior simpatia. A ditadura era, finalmente, nas palavras de Kissinger, «um aliado da NATO defendendo o ocidente e os seus flancos africanos»[1]. Mas, ainda que com boas relações, até o mero acto de se fazer notar era complexo, perante um governo norte-americano preocupado com a sua própria crise provocada pelo escândalo Watergate. Como salientou um estudioso das relações luso-americanas, «entre 1969 e 1974» Portugal e a África portuguesa «entraram na fase dormente» da política externa norte-americana e aí ficaram «até ao golpe em Lisboa»[2].

A mudança económica e social dos anos 60

A Guerra Colonial acabou por coincidir com um período de desenvolvimento económico e obrigou mesmo Salazar a medidas de liberalização e abertura ao investimento externo, à revelia das suas convicções. No entanto, muito embora conhecendo um crescimento acentuado nos anos 60, como toda a Europa do Sul no mesmo período, Portugal não deixava de ser um país relativamente atrasado e pobre, mantendo uma guerra cara.

A guerra desviou fundos apreciáveis de duas áreas fundamentais durante os anos 60: o investimento em infra-estruturas viárias e de transporte em geral e a educação[3]. Outra conclusão relativamente pacífica é a de que no final dos anos 60 as colónias representavam um peso negativo na despesa pública, com uma dívida acentuada a Lisboa, numa altura em que, para citar um estudioso do colonialismo português, «Portugal no longer needed the colonies to pay its way»[4]. Apesar das divergências sobre o papel da guerra no crescimento económico, a opinião segundo a qual «a guerra foi realizada mais para defender o regime do que para salvar a economia» parece assim ser bastante credível[5].

O afastamento da economia portuguesa de África para a Europa, exactamente nessa década central da Guerra Colonial, foi um facto. O sector exportador português respondeu com dinamismo ao estímulo

[1] SCHNEIDMAN W. W., *American Foreign Policy and the Fall of Portuguese Empire*, tese de doutoramento, University of Southern California, 1987, p. 228. Uma versão actualizada foi entretanto publicada em livro: *Engaging Africa: Washington and the Fall of Portugal's Colonial Empire*, Lanham, University Press of America, 2004.
[2] *Ibid.*, p. 362.
[3] CLARENCE-SMITH, G., *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A study in economic imperialism*, Manchester, Manchester University Press, 1985, pp. 194-195; LAINS, P., «Causas do colonialismo português em África, 1822-1975», *Análise Social*, 146-147, 1998, pp. 488-493.
[4] CLARENCE-SMITH, G., *The Third Portuguese...*, *op. cit.*, p. 196.
[5] *Ibid.*, p. 193.

da EFTA, cujo mercado absorveu um número crescente de produtos portugueses em detrimento das colónias. «Inevitavelmente, a lógica da ligação imperial e do nacionalismo económico ia sendo progressivamente corroída pela mudança das realidades económicas dos anos 60 e 70.»[1]

No plano económico, Portugal registou durante a primeira década da sua experiência na EFTA um crescimento económico de 6 %, assim como cresceu igualmente o investimento estrangeiro em Portugal. O comércio externo registou uma evolução muito significativa, não só no que respeita ao crescimento do volume global, mas também no que diz respeito à sua orientação, o que viria a ter um significado político da maior importância: durante esse período, no conjunto do comércio externo português, o peso das colónias desceu e o da Europa subiu. O turismo e a emigração teriam também consequências importantes no crescimento económico[2]. Nos anos 60 a emigração portuguesa mudou de destino, do continente americano para a Europa e principalmente para França, desenvolvendo-se de forma impressionante nesta década[3].

Marcelo Caetano herdou assim um país diferente no Verão de 1968, mais europeu, em termos de trocas económicas, e esboçou inicialmente algum ímpeto liberalizador. Caetano tinha sido um dos raros notáveis da ditadura a propor a evolução para um federalismo prudente em 1962, mas, quando chegou ao poder, nenhuma alteração foi esboçada na frente colonial, optando-se pela continuidade da guerra, quer no discurso político quer no empenho estratégico. O esforço de guerra não deixava pois de aumentar, muito embora num quadro de crescimento económico. Em 1970, Portugal despendia 45 % do orçamento em defesa e segurança. Com uma força militar de 140 000 homens, só Israel e os dois Vietnames o batiam em percentagem perante o total da população[4]. Apesar das manifestações discretas de uma corrente europeísta, com dados precisos sobre o impacto já bastante mais moderado da «perda do império», nenhuma iniciativa do poder político de resolução pacífica do problema colonial se declarou.

[1] CORKILL, D. (ed), *The Portuguese Economy since 1947*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1993, p. 16.

[2] MARAVALL, J. M., *Regimes, Politics, and Markets. Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1997.

[3] BARRETO, A., «Portugal: Democracy through Europe», *in* ANDERSON, J. J. (ed), *Regional Integration and Democracy. Expanding on the European Experience*, Nova Iorque e Oxford, Rowman and Littlefield, 1999, pp. 95-122.

[4] Ver CANN, J. P., *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*, Westport, Greenwood Press, 1997.

Caetano e o acordo comercial com a CEE

Marcelo Caetano não tinha da integração europeia e da relação Europa-África uma ideia substancialmente diferente de Salazar. O que era diferente era a conjuntura política, interna e internacional.

Como se viu, se a percepção no início do processo era de conciliação e complementaridade África-Europa, nos primeiros anos de 70 a ideia dominante era de incompatibilidade e alternativa. Os efeitos económicos da EFTA, em particular a densificação das relações com a Europa, acabariam por ter tradução política interna em duas concepções antagónicas para a estratégia de desenvolvimento e a própria orientação externa do país. É o debate político central do final do regime entre «europeístas» e «ultramarinistas»[1].

As hesitações do marcelismo consolidaram mesmo um pequeno sector pró-europeísta, liberalizante e tecnocrático no interior da ditadura, parte do qual cindir-se-á do regime nas vésperas da sua queda[2]. Porta-vozes desta tendência, alguns grupos nascidos do pluralismo limitado da última fase da ditadura, como a SEDES, tentavam expressar no campo político esta aliança entre Europa, modernização económica e liberalização do regime.

Neste contexto a posição de Marcelo Caetano é a do árbitro que procura conciliar o que no momento aparecia já como inconciliável. Para Caetano a opção África-Europa era um falso dilema. E retomando a genealogia do pensamento de Salazar equaciona a questão europeia segundo duas linhas: «o movimento de entendimento económico que se traduz na união aduaneira» e «o movimento de integração política que se traduz na federação europeia»[3]. Em relação ao primeiro, Portugal teria muito a ganhar; em relação ao segundo, teria tudo a perder. No plano económico Portugal deveria continuar a experiência da EFTA e mesmo outras experiências de cooperação económica. No plano político, Caetano afirma como sua a concepção de De Gaulle de que a Europa não poderia deixar de ser uma Europa das pátrias. Será de acordo com estes princípios que se desenhará a orientação estratégica de Portugal perante as Comunidades Europeias.

[1] Sobre este debate o estudo fundamental deve-se a CASTILHO, J. T., *A Ideia de Europa no Marcelismo 1968-1974*, Porto, Afrontamento, 2000. *Vide* também MAGALHÃES, J. C., *Portugal na Europa: o Caminho Certo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1997.

[2] CASTILHO, J. T., *A Ideia de Europa...*, *op. cit.*; ver também MENDES, P. E., *Portugal e a Europa: Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa*, tese de mestrado, ISCTE, 2001.

[3] CAETANO, M., *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971, p. 19, citado em CASTILHO, J. T., *A Ideia de Europa...*, *op. cit.*

Quando em 1961 a Inglaterra solicita, pela primeira vez, a sua adesão à CEE, Portugal, na sua política tradicional de seguir os tropismos britânicos em matéria europeia, ensaia os mesmos passos, dentro, porém, dos condicionalismos possíveis. Portugal está impedido de solicitar uma adesão formal, por três razões fundamentais: o desenvolvimento económico do país, o autoritarismo do regime e a questão colonial, que então atingia um ponto crítico, com o início da guerra.

Nesta conjuntura difícil a estratégia diplomática portuguesa seria a de apostar numa negociação conjunta e multilateral EFTA-CEE. Porém, a decisão unilateral da Inglaterra obriga Portugal à negociação directa com a CEE. A situação internacional é difícil, não existe consenso interno e Lisboa atrasa o pedido de negociações. Portugal será o último país da EFTA a fazê-lo e quando o faz, já em 1962, fá-lo sob uma «forma ambígua» que pudesse permitir alguma flexibilidade nas negociações.

O veto de De Gaulle ao pedido britânico, em 1963, adia a solução do problema, o que, naquela conjuntura, não deixa de agradar a Portugal. A questão só volta a colocar-se, precisamente, depois da saída do general De Gaulle da cena política e com o relançamento da construção europeia depois da Cimeira de Haia de 1969, que viria a concretizar-se com o primeiro alargamento da CEE.

Com o pedido de adesão da Inglaterra à CEE e a sua eventual saída da EFTA, o futuro da organização estaria irremediavelmente comprometido. Uma vez mais, a natureza unilateral do pedido britânico inviabilizava qualquer tipo de negociação multilateral EFTA-CEE, o que volta a colocar a questão a Portugal, que teria de encontrar um tipo de relação com a Comunidade e teria de o negociar directa e bilateralmente.

Seguindo a posição britânica, Portugal solicita a abertura de negociações com a CEE, em Maio de 1970. É então criada uma comissão *ad hoc* — Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa —, cujo relatório final deveria traçar o diagnóstico da situação e as alternativas de solução possível[1]. No que diz respeito ao diagnóstico, o relatório era claro: no quadro existente das relações económicas entre Portugal e a Europa, com a saída da Inglaterra, o enfraquecimento ou o eventual desaparecimento da EFTA imporia a Lisboa uma «qualquer forma de relacionamento com a CEE». No que diz respeito às alternativas, as hipóteses eram três: a adesão, a associação ou o acordo comercial. A primeira estava fora de causa pelas razões óbvias já invocadas.

[1] Castilho, J. T., *A Ideia de Europa...*, *op. cit.*

A segunda seria difícil, porque nos termos do Tratado de Roma (art.º 238) era ainda um grau de comprometimento mais elevado do que seria aceitável pela CEE e conveniente para Portugal. A terceira surgia, assim, como a hipótese possível. A Comissão aconselha ainda moderação e flexibilidade nas negociações. Moderação no que tocava à matéria colonial de forma a não comprometer o acordo. Flexibilidade na fórmula do acordo de forma a não comprometer um futuro pedido formal de adesão.

A decisão recai, naturalmente, sobre o acordo comercial. Acordo que Portugal assina com a CEE, em Julho de 1972, e que é ratificado, sem polémica, pouco tempo depois. Porquê, então, o acordo comercial? Mais uma vez, porque a margem de manobra da política externa portuguesa não deixava grande alternativa. Porque com o grau de densidade de relações económicas entre Portugal e a Europa, o enfraquecimento ou desaparecimento da EFTA impunha outro quadro multilateral de relacionamento económico. Porque sendo imperativo um relacionamento com a CEE, o acordo comercial era a fórmula possível, o que significava o grau mínimo de empenhamento político.

O acordo com a CEE teria efeitos importantes em Portugal, quer no plano económico quer nos planos diplomático e político. Primeiro, porque como a experiência da OECE tinha sido importante para a presença na EFTA e a da EFTA para o acordo comercial, este acordo, nomeadamente a sua «cláusula evolutiva», seria decisivo para a futura adesão. Segundo, porque significou o culminar de um processo de tomada de consciência política do impasse da orientação estratégica do país. A cooperação intergovernamental dos anos 40 e 50 e as experiências da OECE e da EFTA permitiram a conciliação entre África e Europa. Os anos 60 e 70, sob os efeitos económicos da EFTA e do acordo com a CEE, por um lado, e a Guerra Colonial, por outro, mostraram claramente que não eram projectos complementares mas alternativos. A partir de então torna-se evidente que uma adesão à CEE pressupunha não só condições de natureza económica, mas também duas de natureza política: a democratização e a descolonização.

Em conclusão poderemos dizer que entre 1945 e 1974 a aproximação de Portugal à construção europeia, primeiro, assumiu sempre a fórmula da Europa económica da cooperação intergovernamental e recusou sempre a da Europa política e qualquer modelo de supranacionalidade ou integração; segundo, que é o resultado da estreita margem de manobra da política externa portuguesa, isto é, não se trata de uma opção estratégica, mas do resultado das condicionantes económicas e so-

ciais (comércio externo, emigração, turismo). A Europa não é um ideal, é uma necessidade; terceiro, que se durante os anos 40 e 50 a aproximação de Portugal à construção europeia se revelou compatível com a ideia de complementaridade África-Europa, durante as décadas de 60 e 70, a densificação das relações económicas com a Europa e a Guerra Colonial põem fim à ilusão de complementaridade África-Europa. Tornam-se projectos não só alternativos como, politicamente, antagónicos. África e o império colonial implicavam a manutenção do autoritarismo. A Europa e a integração europeia implicavam a descolonização e a democratização. A opção europeia seria, precisamente, a grande inovação da política externa da democracia.

A democracia e a integração europeia

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 abriu o caminho à institucionalização da democracia. A transição portuguesa deu-se em plena Guerra Fria, ainda sem grandes constrangimentos internacionais pró-democratizadores e a ruptura provocada pelos militares portugueses deu lugar a uma crise acentuada do Estado, potenciada pela simultaneidade entre democratização e descolonização do último império colonial europeu[1]. Concentraram-se nestes primeiros dois anos da democracia tensões poderosas na sociedade portuguesa, com alguns elementos de uma conjuntura revolucionária.

Portugal sofreu também, durante este curto período de 1974-1975, uma significativa intervenção externa, não só diplomática, como também na própria estruturação dos partidos políticos, organizações da sociedade civil (como sindicatos e organizações de interesse) e na estratégia antiesquerdista no «Verão quente» de 1975. O caso português foi tema divergente nos *fora* internacionais, da NATO à CEE, passando pelas relações entre estas instituições e o então bloco socialista, dirigido pela União Soviética. Quaisquer que sejam os indicadores escolhidos, parece não oferecer dúvidas que o período de 1974-1975 em Portugal conheceu grande «saliência internacional».

Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro-esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização,

[1] Maxwell, K., *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

particularmente em Angola[1]. Perante uma fortíssima mobilização política e social esquerdista, um tecido económico com um forte sector nacionalizado e a fuga generalizado de capitais e da própria elite económica, os partidos moderados só conseguiram um mínimo de implantação e funcionamento nesta conjuntura de crise com um apoio financeiro e de formação de quadros significativos por parte da administração norte-americana e das organizações internacionais das «famílias políticas» europeias, com as segundas servindo por vezes de mediadoras do apoio da primeira.

A transição para a democracia e a descolonização

Enquanto actor internacional, a CEE foi um observador discreto da transição portuguesa, não deixando de dar sinais políticos a favor de uma democracia pluralista em Portugal, ao mesmo tempo que fornecia algum apoio económico. Pouco tempo depois das primeiras eleições livres, em pleno «Verão quente» de 1975, por exemplo, o Conselho Europeu, ao mesmo tempo que anunciava estar preparado para negociações económicas e financeiras com Portugal, salientava «igualmente que de acordo com as suas tradições históricas e políticas a Comunidade Europeia apenas poderá apoiar uma democracia de natureza pluralista»[2].

O primeiro grande desafio internacional da democracia portuguesa seria o fim do ciclo imperial. O segundo, a abertura ao mundo e o restabelecimento de relações diplomáticas com todos os países, depois de um período de isolamento internacional do regime[3]. Porém, a descolonização e a abertura diplomática ao mundo não constituíam, por si só, uma orientação estratégica para a política externa portuguesa. Pelo contrário, durante o período da transição democrática, sob as lutas ruidosas em torno do processo de democratização interna, trava-se uma outra luta, silenciosa, sobre os objectivos e as opções estratégicas para a inserção internacional da nova democracia.

[1] *Vide* Pero, M. del, «Kissinger e la Politica Estera Americana nel Mediterraneo: il caso Portoghese», *Studi Storici*, 4, 2001, pp. 973-988.

[2] Citado em Magone, J., «A integração europeia e a construção da democracia portuguesa», *in* Pinto, A. C., Teixeira, N. S. (eds.), *Portugal e a Unificação Europeia, Penélope*, 18, 1998, p. 137. Ver também Magone, J., *European Portugal. The Difficult Road to Sustainable Democracy*, Londres, Macmillan, 1997.

[3] MacDonald, S., *European Destiny, Atlantic Transformations: Portuguese Foreign Policy under the Second Republic*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1993; Ferreira, J. M., «Political Costs and Benefits for Portugal arising from membership of the European Community», *in* Lopes, J. da S. (ed.), *Portugal and EC membership evaluated*, Londres, Pinter, 1993; Gama, J., «A adesão de Portugal às Comunidades Europeias», *Política Internacional*, 10, 1994-1995, pp. 5-19.

O período da transição foi caracterizado pela luta em torno das opções externas do país, pelo exercício de diplomacias paralelas e, consequentemente, pela indefinição da política externa. Apesar das lutas, das hesitações e da indefinição, durante os governos provisórios e em particular aqueles de maior preponderância militar, a orientação global da política externa portuguesa tendeu para uma opção terceiro-mundista e para o desenvolvimento de relações privilegiadas com os novos países saídos da descolonização portuguesa. Era o último avatar, agora socializante, da tese tão cara a Salazar da «vocação africana» de Portugal.

O período de consolidação democrática que se iniciou em 1976 com o I Governo Constitucional caracterizou-se, pelo contrário, pela clarificação da política externa portuguesa e pela definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo de Portugal. Portugal que assumiu inteiramente a sua condição de país ocidental, simultaneamente atlântico e europeu. Serão estes, pois, os dois vectores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático.

O vector atlântico significou para Portugal a permanência das características históricas da sua política externa e jogou um papel importante não só ao nível da orientação externa como também da estabilização interna do país. As boas relações com os Estados Unidos da América, no plano bilateral, e o reforço da participação na NATO, no plano multilateral, constituíram a sua expressão mais clara.

Ultrapassadas as tentações terceiro-mundistas do período revolucionário, Portugal assumiu claramente, a partir de 1976, a «opção europeia». Agora enquanto opção estratégica e projecto político e não só numa perspectiva meramente pragmática e económica, como durante o regime autoritário.

Consolidação democrática, opção europeia e adesão à CEE

Desde 1974 que se desenvolviam contactos entre Lisboa e as instituições europeias. A Comissão concedeu algumas ajudas económicas e o Conselho manifestou a sua posição política sobre Portugal: estava pronto a abrir negociações com Portugal, condicionadas, naturalmente, ao estabelecimento de uma democracia pluralista. Mas a situação económica do país e, sobretudo, a instabilidade política e a incerteza sobre o destino do regime democrático, durante o período de transição, não facilitavam quaisquer avanços.

Será o primeiro governo constitucional de Mário Soares, com José Medeiros Ferreira como ministro dos Negócios Estrangeiros, que assumiu politicamente a «opção europeia». O primeiro passo foi o pedido de adesão ao Conselho da Europa em Agosto de 1976, que se concretizou, logo em Setembro do mesmo ano. Uma vez membro do Conselho da Europa, o que não deixava de ter o significado de reconhecimento internacional da consolidação da democracia portuguesa, Lisboa esboça, então, o passo decisivo: o pedido de adesão.

Depois de uma ronda negocial pelas capitais europeias, terminada com êxito, entre Setembro de 1976 e Fevereiro de 1977, o I Governo Constitucional solicitou, formalmente, o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Estava-se em Março de 1977. Em Abril, o Conselho das Comunidades aceita o pedido de adesão e dá início formal ao processo previsto nos tratados, isto é, a obrigatória consulta à Comissão. Em Maio de 1978, a Comissão apresentou parecer favorável à abertura de negociações, que se iniciam, formalmente, no Luxemburgo, em Outubro de 1978[1].

Com o pedido formal de adesão e o início das negociações estavam ultrapassadas as hesitações e a polémica sobre a fórmula da integração portuguesa — fosse o estatuto de pré-adesão ou da chamada «associação privilegiada» — e concretizava-se, efectivamente, a «opção europeia».

Motivavam o governo e fundamentavam essa opção estratégica dois objectivos: em primeiro lugar, a consolidação da democracia que a entrada de Portugal na Comunidade assegurava; e, em segundo lugar, a modernização e o desenvolvimento económico, que as ajudas comunitárias favoreciam. Os receios dos economistas portugueses eram grandes e a maioria expressava reservas quanto ao impacto da adesão sobre alguns sectores da economia portuguesa[2].

Ao pedido de adesão seguir-se-ia um longo e complexo processo de negociação que se estenderia por quase sete anos. Um passo prévio para as negociações tinha sido dado, logo em Setembro de 1976, com a revisão do acordo comercial de Portugal com a CEE de 1972, através da assinatura de um protocolo adicional e de um protocolo financeiro, que seriam interpretados em Portugal como uma certa forma de pré-ade-

[1] Ferreira, J. M., «Os regimes políticos em Portugal e a organização internacional da Europa», *Política Internacional*, 11, 1995, pp. 5-39. *Vide* igualmente Ferreira, J. M., «A estratégia para a adesão às Instituições Europeias», *in* Ribeiro, M. M. T., Melo, A. B. de, Porto, M. C. L., *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 237-166.

[2] Cravinho, J., «Characteristics and Motives for Entry», *in* Sampedro, J. L., Payno, J. A. (eds.), *The Enlargement of the European Community. Case-Studies of Greece, Portugal and Spain*, Londres, Macmillan, 1983, pp. 131-148. *Vide* igualmente Tovias, A., *Foreign Economic Relations of the European Community. The impact of Spain and Portugal*, Boulder e Londres, Lynne Rienner Publishers, 1990.

são[1]. Mas as negociações formais vão arrastar-se entre Outubro de 1978 e Junho de 1985[2].

Porquê um tão longo e complexo processo negocial para um país pequeno e com um peso económico relativo no contexto das Comunidades? No plano interno foram duas as razões de maior peso: primeiro, a situação económica portuguesa imediatamente posterior à transição; segundo, a instabilidade governamental e, sobretudo, a natureza política e constitucional do regime português. Depois de 1976 o regime político em Portugal era, inequivocamente, uma democracia pluralista e era considerado como tal. Porém, a Constituição portuguesa de 1976 consagrava, ainda que transitoriamente, uma herança do período revolucionário: o Conselho da Revolução. Era uma democracia, mas uma democracia tutelada por um órgão não democrático de natureza militar. Estes factores pesavam negativamente no processo negocial e impediam a sua conclusão.

Nos primeiros anos da década de 80 a democracia portuguesa superou todos estes condicionalismos. A revisão constitucional de 1982 extinguiu o Conselho da Revolução e a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas consagrou definitivamente a subordinação da instituição militar ao poder político. A partir de 1983 Portugal é uma democracia consolidada, com as suas instituições democráticas a funcionar em pleno e, consequentemente, sem qualquer razão interna para que não se concluíssem rapidamente e com sucesso as negociações de adesão à Comunidade.

Restava, porém, uma outra razão, de natureza externa. No processo de alargamento a sul, as negociações da Comunidade faziam-se não só com Portugal, mas também, e simultaneamente, com Espanha, e, essa sim, era uma economia com maior peso relativo no contexto da Comunidade e, sobretudo, sem a mesma história de aproximação às instituições económicas europeias. Portugal procurou uma estratégia diplomática de separação das negociações portuguesas em relação às espanholas, que lhe permitisse uma adesão mais célere e, fundamentalmente, estar dentro e gozar dos direitos de Estado-membro quando se desse a adesão de Espanha. Sem sucesso, porque a aproximação da Comunidade era a de uma negociação conjunta no quadro ibérico e Portugal teve de esperar mais dois anos pela conclusão de todos os dossiês com Espanha.

O culminar do processo chegaria, em Junho de 1985, sob um novo governo de Mário Soares, com a assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE. A partir de 1 de Janeiro de 1986, Portugal torna-se membro de pleno direito da Comunidade.

[1] Ferreira, J. M., «Os regimes políticos em Portugal...», *op. cit.*, p. 28. *Vide* também Lopes, E. R., «O processo de integração de Portugal nas Comunidades Europeias — uma avaliação geral década e meia depois», *in* Ribeiro, M. M. T., Melo, A. B. de, Porto, M. C. L., *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 191-215.

[2] Álvares, P., Fernandes, C. R., *Portugal e o Mercado Comum*, vol. II, *Dos Acordos de 1972 às Negociações de Adesão*, Lisboa, Póttico, 1980.

Estado, sociedade civil e atitudes perante a integração europeia

A CEE, enquanto actor internacional, não foi um elemento determinante na consolidação da democracia em Portugal[1]. Muito embora vários autores sugiram como hipótese «que a Comunidade Europeia teve um papel importante» na promoção da democracia na Europa do Sul, a sua verificação para Portugal foi menos nítida[2]. Apesar de a componente apoio económico ter sido importante, o impacto global da «perspectiva de adesão» para a consolidação da democracia portuguesa merece estudo mais aprofundado. Para uma parte da elite política portuguesa da época, no entanto, a adesão era vista como uma garantia de consolidação democrática interna e como uma alavanca para a modernização do país.

Presente nos programas de alguns partidos desde os primeiros meses do 25 de Abril de 1974, foi fundamentalmente no contexto das clivagens políticas de 1975 que os partidos políticos de direita e de centro-esquerda reforçaram a constelação «europeia» e «comunitária» como referência para Portugal, perante alternativas socialistas e terceiro-mundistas. No contexto de uma transição polarizada, em que algumas das clivagens se cristalizaram mais numa luta «entre democratas e revolucionários do que entre democratas e involucionistas», a opção europeísta foi um elemento central de ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo simultaneamente uma dimensão anticomunista e anti-revolucionária[3].

O caso português ilustra bem a tese segundo a qual a Comunidade Europeia, enquanto referência da Europa desenvolvida, foi um «símbo-

[1] Morlino, L., *Democracy between Consolidation and Crisis: Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 19. *Vide* Magone, José, *The Developing Place of Portugal in the European Union*, New Brunswick, Transaction, 2004.

[2] Whitehead, L., «Democracy by Convergence and Southern Europe: a comparative politics perspective», *in* Pridham, G. (ed.), *Encouraging Democracy. The International Context of Regime Transition in Southern Europe*, Leicester, Leicester University Press, 1991, p. 59.

[3] Alvarez-Miranda, B., *El Sur de Europa y la adhesión a la Comunidad. Los debates políticos*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1996, p. 202.

lo disponível» para as elites democráticas legitimarem uma nova ordem interna, após uma transição por ruptura bastante conflitual e o fim do império colonial, que tinha sido o argumento final do Estado Novo. Por outro lado, como em Espanha, ensaiou-se, com sucesso, aliás, a consolidação de uma «tradição democrática», baseada na «sincronização e homogenização da cultura e das instituições [...]» nacionais «com as da Europa», que nas suas componentes sociais e económicas estavam já em curso desde os anos 60[1].

Quando em Maio de 1977, um governo do PS, chefiado por Mário Soares, solicitou formalmente a entrada de Portugal na CEE, o país estava a braços com a herança de uma transição por ruptura, uma Constituição que tinha consagrado as nacionalizações e a reforma agrária e uma ainda forte presença militar na vida política.

A campanha eleitoral do PS em 1976 tinha sido desenvolvida com o mote «A Europa Connosco», contando com a presença de vários dirigentes da família socialista e social-democrata europeia. De *slogan* vago, pretendendo fixar a demarcação com as tentações terceiro-mundistas ou neutralistas que tinham caracterizado os anos de 1974-1975, e que marcavam ainda uma parte da esquerda moderada e do MFA, Soares concretizou no programa a proposta de adesão à CEE como eixo prioritário da política externa portuguesa.

Desde 1974 que a adesão à Comunidade fazia do programa dos partidos de direita e centro-direita, com o CDS expressando um europeísmo convicto e o PSD defendendo uma aproximação mais matizada[2]. A partir da iniciativa socialista, os três partidos rivalizarão em propostas de avanço das negociações, com o PSD oscilando em algumas fases, por razões inerentes ao debate político interno. Durante a segunda metade dos anos 70, o argumento comunitário foi abundantemente utilizado como referência para as reformas do sistema político e da Constituição, nomeadamente no que dizia respeito à presença dos militares no Conselho da Revolução e às nacionalizações.

Só o PCP se manifestou sempre contra, recusando a perspectiva de adesão e fazendo dela um elemento importante da sua campanha política entre 1977 e 1986. A partir desta última data, evoluiu para uma posição mais moderada, deixando de exigir a retirada de Portugal da CEE, muito embora continuando a sua luta pela revisão dos tratados.

O processo conducente à integração na CEE teve uma escassa participação da sociedade civil e dos grupos de interesse que representavam os sectores mais atingidos. Foi uma decisão da elite política e não seguramente «uma resposta a uma reivindicação popular»[1]. A elite governamental dominou obviamente o processo de negociação, e o envolvimento das associações empresariais e agrícolas portuguesas foi pequeno.

Semiparalisadas pela fase mais radical da transição para a democracia, as organizações patronais só lentamente foram estabelecendo contactos internacionais e participando nas estruturas europeias. Após a vaga de nacionalizações e da reforma agrária de 1975, as associações saudaram a candidatura, na perspectiva de um combate interno pela diminuição do sector público, liberalização da legislação laboral e início das privatizações.

Quer a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) quer a Associação Industrial Portuguesa (AIP), se manifestaram a favor da adesão, ainda que com tonalidades diferenciadas. A CIP, oscilando entre uma liberalização interna e um proteccionismo perante a CEE, exigindo mais apoio pré-adesão, chegando mesmo a manifestar-se contra os acordos assinados. A AIP, para citar Manuel de Lucena, com uma aproximação mais pragmática, do tipo «On s'engage et puis on verra»[2]. Apesar dos ocasionais ataques da CIP naquela época, parece plausível avançar a hipótese de que estes reflectiram mais uma tentativa de negociação mais agressiva do que uma oposição de princípio, que aliás não era seguida por muitas associações nela confederadas[3]. Vários inquéritos realizados a dirigentes associativos confirmaram a predominância do factor político na adesão, como «garantia de maior segurança política para o país, encorajando assim o investimento e a modernização das estruturas produtivas»[4].

No campo sindical as clivagens partidárias e ideológicas foram mais claras, com a Intersindical, associada ao Partido Comunista, manifes-

[1] Pérez-Díaz, V. M., *The Return of Civil Society: The Emergence of Democratic Spain*, Cambrige MA, Harvard University Press, 1993, p. 3.

[2] Cf. Barroso, J. M. D., *Le système politique portugais face à l'integration européenne. Partis politiques et opinion publique*, Lisboa/Lausanne, APRI/LEP, 1983; Marques, N., *Les Partis politiques et les opinion publiques au Portugal depuis 1974 face à l'intégration européenne*, DEA, Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 1995.

[1] Bermeo, N., «Regime Change and its impact on Foreign Policy: the Portuguese Case», *Journal of Modern Greek Studies*, 6, 1988, p. 14.

[2] Lucena, M., Gaspar, C., «Metamorfoses corporativas? Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I)», *Análise Social*, 114, 1991, p. 899.

[3] *Ibid.*

[4] Marques, G., «L'intégration des Groupes d'intérêt Portugais au Niveau Européen», *in* Sidjanski, D., Ayberk, U. (eds.), *L'Europe du Sud dans la Communauté Européenne: analyse comparative des groupes d'intérêt et de leur insertion dans le réseau communautaire*, Paris, PUF, 1990, p. 199.

tando-se contra a adesão e a União Geral de Trabalhadores (UGT), associada ao PS e ao PSD, expressando um europeísmo explícito.

Criada no quadro da luta contra o domínio comunista no movimento sindical e fortemente apoiada pelas fundações associadas aos partidos sociais-democratas, liberais e conservadores, a UGT foi profundamente marcada por estas ramificações internacionais, sendo rapidamente integrada nas correspondentes organizações europeias. Quanto à Intersindical, só mais tardiamente e após a adesão é que esta passou da oposição de princípio a uma opção mais pragmática.

Importa no entanto sublinhar que, globalmente, as organizações de representação de interesses desempenharam um papel menor na canalização de tomadas de posição e propostas dos sectores que representavam junto do sistema político e dos decisores governamentais ao longo do processo de adesão. Apesar da dimensão económica determinante deste processo, o político e ideológico ocuparam o centro do debate.

Ao longo dos anos 80, a sociedade portuguesa afastou-se da dupla herança do período autoritário e do processo revolucionário de 1975. Consolidação democrática, adesão à CEE e desenvolvimento económico coincidiram parcialmente no tempo, num círculo virtuoso dificilmente previsível aquando do pedido de adesão.

Em 1990, para surpresa de vários sectores da opinião pública, Portugal abandonou o campo dos «países subdesenvolvidos» onde tinha estado desde que o conceito tinha sido inventado. Depois de dois acordos complexos com o Fundo Monetário Internacional, um fluxo de fundos comunitários de apoio chegou a Portugal, e os seus efeitos começaram a ser sentidos, com as estatísticas a reflectirem uma melhoria visível nas condições de vida e com um desemprego relativamente pequeno.

Nos anos 80, Portugal assistiu a um segundo ciclo de crescimento e mudança social. Acentua-se a litoralização da população e a urbanização deu um novo salto, muito embora Portugal permaneça ainda abaixo da média europeia. Mais importante, a quebra da população activa na agricultura foi muito significativa, descendo para 12 % em 1992. Este é um sintoma da desagregação da sociedade rural tradicional, ainda dominante no final dos anos 70, na província do Centro e Norte do país, que em vez de emigrar se dirigiu agora para os centros urbanos nacionais. Acentuou-se também a terciarização e o crescimento das classes médias, com a taxa de escolarização a aumentar significativamente neste período.

Contrariando as perspectivas mais catastrofistas dos anos 70, Portugal consolidou a sua democracia e deu um salto importante na modernização económica e social, já como membro da União Europeia, vendo-se mesmo obrigado a acelerar a liberalização do seu mercado interno como consequência do aprofundamento da união económica e monetária, entretanto decidido[1].

Seguindo um padrão de adesão promovido pelas elites, com um grande consenso entre os principais partidos do sistema, com a excepção do Partido Comunista, e ainda desprovido de mecanismos referendários, só após a entrada na CEE existiram pressões da opinião pública para uma maior participação popular nas grandes reformas da União Europeia.

A descolonização e opção pró-europeísta provocou uma produção ideológica significativa por parte de certos segmentos das elites intelectuais, muito embora a por vezes anunciada «crise de identidade» nunca tenha emergido de forma palpável[2]. Após uma fase de recriminações variadas, sobretudo por parte de sectores conservadores, bem patente na abundante produção de crítica à descolonização na segunda metade dos anos 70, formaram-se mesmo, ainda que com escasso sucesso, pequenos partidos de extrema-direita tentando capitalizar o descontentamento dos sectores mais atingidos, nomeadamente o dos «retornados» de África[3]. Pouco sucesso teve também a reconversão das mesmas áreas ideológicas conservadoras para um discurso defensivo de uma «identidade nacional» ameaçada pela sua dissolução numa Europa comunitária, para a qual a entrada se avizinhava, com um amplo consenso a favor da entrada unindo os dois partidos da direita, o CDS e o PSD.

A elaboração de discursos identitários nacionalistas de reacção à dissolução no espaço europeu emergiu no Portugal dos anos 70, com um conservadorismo utilizando de forma instrumental a vocação exclusivamente atlantista do país, por um lado, e uma defesa mais economicista dos «interesses das forças produtivas nacionais» perante o capitalismo europeu, por parte do PCP. Com o mito das colónias encerrado, as elites democráticas conseguiram consolidar na opinião pública a opção europeia como a única que poderia recriar uma relação importante com os novos países africanos de língua portuguesa, com os quais as relações

[1] Macedo, J. B. de, «External liberalization with ambiguous public response: the experience of Portugal», *in* Bliss, C., Macedo, J. B. de (eds.), *Unity with diversity in the European economy: the Community's southern frontier*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 310-354; Lopes, J. da S. (ed.), *Portugal and the EC membership..., op. cit.*

[2] Pinto, A. C., Nunes, X. M., «Portugal and Spain», *in* Eatwell, R. (ed.), *European Political Cultures: Conflict or Convergence?*, Londres, Routledge, 1997, pp. 172-192.

[3] Pinto, A. C., «The radical Right in Contemporary Portugal», *in* Chiles, L. (ed.), *The Far Right in Western Europe*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1995, pp. 108-128.

económicas tinham quase desaparecido e as políticas se tinham deteriorado, após a vaga de independências em 1975.

Com a perspectiva de adesão, e sobretudo depois desta, novos problemas identitários surgiram e o mais significativo foi o das relações com a vizinha Espanha. Falhadas as tentativas portuguesas de negociação autónoma da integração na Comunidade, a Espanha emergiu periodicamente na opinião pública como um poderoso vizinho «invadindo» economicamente Portugal. Transformando-se em pouco tempo em parceiro comercial maior, a «ameaça espanhola» ressurgiu como ameaça no quadro da abertura do mercado português.

Em 1978, três anos após a descolonização, a grande maioria dos portugueses, quase 70 %, pensava que «Portugal deveria ter dado a independência a esses países», muito embora «salvaguardando os direitos dos portugueses lá radicados». Apenas 2,2 % dos inquiridos se manifestaram a favor da continuação da luta contra os movimentos de libertação[1].

Apesar desta constatação, nesse mesmo ano de 1978, existia uma significativa minoria, cerca de 20 % dos inquiridos, que pensava que Portugal não poderia sobreviver economicamente sem as ex-colónias. A observação do processo de apagamento desta posição parece indissociavelmente ligada à perspectiva de adesão à CEE, ilustrando como «o processo de adesão e a própria adesão tiveram um papel de consolidação dos laços com as democracias europeias, além de constituírem um substituto da perda das ex-colónias e um incentivo às mudanças na estrutura das actividades económicas, sociais e culturais do País»[2].

A emergência da CEE como perspectiva positiva para a sociedade portuguesa foi, no entanto, um processo lento e, inicialmente, reduzido às elites. Pouco tempo depois do pedido de adesão, em 1978, os Portugueses tinham escassa opinião sobre o tema, com mais de 60 % da população sem saber se a entrada era decisiva para o futuro económico de Portugal. Só no início dos anos 80 se começou a notar uma maior informação e clareza de opinião sobre o tema.

O Eurobarómetro, que, desde 1980, regista sistematicamente a opinião dos Portugueses sobre o tema, revelou uma clara linha ascendente durante esta década, com um forte salto após a adesão, em 1986. O número de portugueses que considerava a adesão à CEE uma coisa

[1] Bacalhau, M., *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD, 1994, p. 255.
[2] *Ibid.*, p. 257.

boa aumentou de 24,4 %, entre 1980 e 1982, para 64,5 %, entre 1986 e 1990, atingindo mais de 70 %, nos anos seguintes[1].

Em 1993, 65 % da população achava que Portugal tinha beneficiado muito em termos de desenvolvimento económico, com a adesão à CEE. Como noutros países do Sul da Europa, parece existir uma forte correlação nos elementos das classes médias urbanas entre europeísmo e fraco «orgulho nacional» e, entre classes baixas rurais e pouco instruídas, entre fraco europeísmo e forte «orgulho nacional»[2].

No campo da união política e dos objectivos de Maastricht, a grande maioria dos portugueses apoiava a união política e monetária e, ainda mais, a política de segurança comum. Esta percentagem diminuía quando questionados explicitamente sobre um regime federal europeu (governo único federal), com uma maioria contra (38,3 %).

Reafirmando a sua identidade europeia, mantendo-se optimistas sobre a União Europeia e a integração portuguesa ao longo dos anos 80, os Portugueses, tanto quanto os estudos de opinião pública permitem avaliar, não passaram por sérios problemas de identidade com o fim do império colonial, em 1975, ou com a sua nova inserção internacional no espaço europeu, em 1986.

Nuno Severiano Teixeira
António Costa Pinto

[1] *Ibid.*, p. 269.
[2] *Vide* Cruz, M. B. da, «National Identity in Transition», *in* Herr, R. (ed.), *Portugal, Democracy and Europe*, Berkeley, Institute of International and Area Studies, 1993, pp. 157-158.